

“Se não aguentar, corra!”¹: Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar

Fábio Gomes França

Professor de Criminologia no Centro de Educação da Polícia Militar do Estado da Paraíba - PMPB. Doutor e mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Bacharel em Segurança Pública pelo Centro de Educação da PMPB. Professor convidado do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania da UFPB.

✉ lillehammer@bol.com.br

Janaína Letícia de Farias Gomes

Especialista em Segurança Pública pelo Centro de Educação da Polícia Militar do Estado da Paraíba - PMPB. Bacharela em Segurança Pública pelo Centro de Educação da PMPB.

✉ leticia.fbarros@hotmail.com

“Se não aguentar, corra!”: Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar

Fábio Gomes França e Janaína Letícia de Farias Gomes

Resumo

Neste artigo analisam-se as nuances que nortearam o Estágio de Operações Táticas com Apoio de Motocicletas (Eotam), realizado por uma Polícia Militar no país em 2014. Para tanto, realizaram-se entrevistas abertas com alguns participantes do referido curso de aperfeiçoamento policial militar. Por esse foco, importou utilizar metodologicamente os relatos pretéritos, por meio da história oral, o que permitiu apreender relatos das experiências tanto de oficiais quanto de praças sobre as situações de humilhação e sofrimento físico vivenciadas, as quais ainda reproduzem a crença policial militar de que o sofrimento faz parte da conquista de um brevê militar. Ratifica-se a urgência dessa discussão no campo da segurança pública, visto que a lógica desse tipo de pedagogia carrega de forma implícita um ideal belicista que corrobora a existência da violência policial militar devido ao fato de os policiais enaltecerem valores como a masculinidade, a força e o machismo.

Palavras-Chave

Polícia militar. Segurança pública. Pedagogia do sofrimento.

INTRODUÇÃO

A herança ditatorial presente nas polícias militares do Brasil colocou essas instituições no difícil papel de consolidarem novas identidades organizacionais que se coadunem com a realidade democrática ensejada com a abertura política desde 1985 e com a promulgação da Constituição de 1988. Contudo, passados 29 anos, a mesma Constituição cunhada de “cidadã” ratificou em seu texto as polícias militares como forças auxiliares do Exército, o que se traduz na manutenção para as PMs² de organização, estrutura, regulamentos e cultura interna provindos das Forças Armadas.

Esse fato tem repercussões também na formação dos profissionais policiais militares nos diversos cursos dos quais eles participam, que além de promoverem uma socialização específica de cunho militarista reafirmam ideais culturais baseados em valores como o combate bélico nas ruas, a masculinidade e virilidade dos policiais, a força, superação e vigor. Assim, inicialmente este trabalho aborda como se efetiva a construção da “subjatividade militar” pela intensa docilização do “corpo e da alma” do aluno policial militar.

Na sequência, para além do controle dos corpos em uma instituição, aqui considerada como total-disciplinadora, o texto indica como a formação em alguns cursos policiais também acrescenta o sofrimento como um tipo de pe-

dagogia naturalizada pelos instrutores e depois reproduzida pelos alunos. Dessa forma, analisa-se *a posteriori* o relato de alguns alunos que participaram do Estágio de Operações Táticas com Apoio de Motocicletas³ (Eotam)⁴, no qual foram alvo de humilhações e agressões físicas.

A “pedagogia do sofrimento” presente nos cursos policiais militares e sua relação com um “*éthos* guerreiro” que legitima o ideal belicista enaltecido pela cultura institucional foi o que levou os autores a analisarem o Eotam, assim como observado em outros estudos (ALBUQUERQUE; MACHADO, 2001; STORANI, 2008), além de se considerar a repercussão dos acontecimentos no referido curso.

Por fim, fica a reflexão de que, mesmo que exista a crença policial militar de que esse tipo de pedagogia seja necessário para fazer o profissional PM crer que o curso o habilita e o fortalece para as situações encontradas nas ruas, as experiências escolares com os PMs mostram a falta de preparo profissional dos instrutores que enaltecem o sofrimento e desconhecem a lógica de poder e dominação presente nas ações desencadeadas por eles mesmos.

A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE MILITAR

Para compreender a origem da “subjatividade militar” (ROSA; BRITO, 2010) é necessário fazer um deslocamento histórico de modo que

“Se não aguentar, corra!”: Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar

Fábio Gomes França e Janaina Leícia de Farias Gomes

se possa vislumbrar a diferença entre a ética do guerreiro na Antiguidade, ou melhor, o aspecto heroico de sua honra, e aquela que é própria do soldado moderno. Nesse sentido, segundo Gros (2009), ao procurar entender como se articulam as forças morais vinculadas à guerra e a forma como o soldado passa a se posicionar superando a covardia em combate, o que está em jogo não seria o ato de matar ou morrer, mas como esse sentido moral da guerra adquire significado.

Nesse contexto, quanto ao guerreiro antigo, destacava-se o uso de sua força publicamente para superar a morte em combate de modo que ele alcançasse a glória e, assim, fosse lembrado pelos homens. Importava criar uma narrativa na qual seria destacada a promessa feita em palavra, realizada de forma heroica e não por um acordo juridicamente posto. Desse modo, o ato de servir descortinava-se por uma vontade espontânea, não submissa, no exercício de agir em nome de um amigo, de Deus ou de um rei, ou seja, no plano de uma honra que “opera quando o guerreiro passa a construir sua imagem de acordo com o olhar alheio, pois é necessário que a imagem construída de si de acordo com os atos realizados se coadune com a narrativa que descreve a memória das batalhas” (FRANÇA, 2014a, p 184). O que se tinha nesse caso era um combate individualizado, corpo a corpo, em que os inimigos duelavam reconhecendo o valor do outro, pois valorizar o inimigo denotava não vencê-lo de forma indigna (GROS, 2009).

Com o surgimento das falanges, o combate individual foi esquecido, cedendo lugar para a batalha em conjunto, em que os homens passaram a proteger uns aos outros em

uma formação coesa formatada em fileiras. A coragem passou a adquirir outra dimensão, na qual, com o padecimento do corpo, a alma se tornava valorosa. Segundo Gros (2009), para os gregos antigos, a coragem bélica das falanges aproximava-se de um ideal estético de beleza, de forma que “suportar” o ataque do inimigo dizia respeito a fazer da coragem um domínio sobre o medo e sobre si mesmo. Além disso, um dos principais componentes da honra estava voltado para o “cuidar do outro”, pois os integrantes das falanges usavam seus escudos para proteger o companheiro ao lado, ao mesmo tempo em que usavam a lança com a outra mão para guerrear. Não se admitia, assim, a fuga, visto que se retirar da batalha significava colocar o outro ao seu lado em perigo e, esse outro, em muitas situações eram os pais, irmãos, amigos ou filhos (GROS, 2009).

Na época das falanges também se destacava a figura do general, que se colocava à frente de sua tropa em nome da honra e do prestígio, servindo de exemplo a todos. No plano ético, enalteciam-se valores como a solidariedade e a proteção do outro, de modo que este último tornava-se mais importante do que a própria vida de quem se propunha a protegê-lo. O que se pode perceber é que a ética bélica da Antiguidade sedimenta-se por uma “honra intrínseca” que desperta valores morais no guerreiro baseados na sua liberdade de voluntariamente duelar sem ser um exercício de submissão a um superior.

Ao se olhar para a Modernidade, descortina-se, especialmente a partir do século XVIII, a formação do soldado moderno, o qual passa a construir sua honra por uma ética contrária

àquela do modelo antigo, pois o que importa agora são princípios como a disciplina, a hierarquia, a ordem, a submissão e o condicionamento automático de atos e gestos uniformizadores. Weber (2010) percebe essa mudança de perspectiva ao falar sobre o “significado da disciplina”, explicando que, com o desenvolvimento da disciplina ao longo da história, tem-se a mudança dos duelos individuais para o combate entre tropas comandadas, com o acréscimo de aspectos que impessoalizaram as batalhas, ou melhor, não importava mais o destaque do guerreiro que construía uma narrativa para a memória dos homens, mas sim a racionalização das formas de guerrear.

É nesse sentido que se pode falar a partir de Weber (2001) do que ele denomina dominação racional-legal, visto que a disciplina conseguiu expandir-se e consolidar-se historicamente dos Exércitos antigos para as instituições da modernidade, como as fábricas. Ela passou a ser utilizada na manutenção de regras burocraticamente estatuídas para prover impessoalmente as relações institucionais (WEBER, 2010). Dessa forma, a ordem passa a ser um dos elementos centrais nas instituições militares modernas e a figura do superior se faz valer também pela regra estatuída. Surge também neste processo a hierarquia para estabelecer uma cadeia de comando e supervisão em que os funcionários se submetem à obediência em troca de um salário que é pago pelo desempenho da função e do cargo que se ocupa.

Nessa perspectiva, delinea-se o surgimento do soldado moderno como algo que se fabrica (FOUCAULT, 1987), pois, na construção de sua subjetividade, ele aprende a obedecer

de forma automática, de modo a não admitir resistências ao que lhe é imposto, renunciando à sua vontade para ficar na expectativa de cumprir o que lhe foi mandado realizar (CANNETTI, 1995). Seus movimentos passam a ser prescritos de maneira que sua ação pode ser executada em grupo ou individualmente, no entanto, dentro de uma previsão calculada e uniformizadora, já que foi treinado com exercícios constantes para conformar seu corpo e seu espírito aos mecanismos disciplinares. Além disso, a constante vigilância dos superiores implica a aplicação direta de sanções pelos erros cometidos, que podem, na maioria das vezes, dizer respeito a coisas insignificantes, mas que no entanto servem para a manutenção da lógica disciplinar.

Nesse processo, constrói-se uma honra baseada numa “ética extrínseca”, contrária àquela da Antiguidade, pois no caso do soldado moderno desenvolve-se nele um “espírito de corpo” (MUNIZ, 1999), ou melhor, um corporativismo com os demais indivíduos da tropa sustentado por uma voluntariedade condicionada. Foucault (1987), ao falar das instituições disciplinares na modernidade, aponta a existência de sujeitos subjetivados pela disciplina nessas instituições (quartéis, escolas, fábricas, hospitais) e movidos por relações de poder que os tornam “úteis” e “dóceis”. Seus corpos passam a ser controlados pelo cálculo infinitesimal do poder disciplinar, fazendo da “alma” a prisão do corpo e distanciando-se do modelo até então vigente no Absolutismo. Passa-se então de uma sociedade de soberania para uma sociedade disciplinar, de maneira que no cotidiano das instituições disciplinares impera a lógica do controle por meio de punições, ou melhor,

“Se não aguentar, corra!”: Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar

Fábio Gomes França e Janaina Leícia de Farias Gomes

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseira, desobediência), dos discursos (tagarelíce, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações (FOUCAULT, 1987, p. 149).

Como relata França (2014a), ao se reportar ao significado da construção do soldado moderno, “a docilidade sobrepuja a coragem assim como o cálculo estratégico do comandante torna-se mais valoroso do que a vitória da tropa. Assim, elementos como a honra e a coragem cedem espaço para o hábito e o medo do superior” (p. 189). Nesse percurso, Castro (2004) estudou a socialização dos alunos da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), instituição que forma os futuros oficiais do Exército brasileiro, e verificou que o processo de formação nessa escola conforma a interiorização do “espírito militar”, o qual propicia a subjetivação dos alunos de modo que eles passam a se sentir diferenciados do paisano⁵ ou do civil. E na busca de construir essa imagem que os diferencia dos paisanos, alunos de escolas militares e, no país, de escolas de formação policial militar participam de uma lógica pedagógica que os ensina a incorporar um novo *habitus* (BOURDIEU, 2007), o qual é exteriorizado na figura simbólica do ser militar.

A construção do *éthos* policial militar, ou melhor, a ressocialização no mundo da caserna imprime marcas simbólicas que são visíveis ao

primeiro olhar, que se mostram evidentes logo no primeiro contato. O espírito da corporação encontra-se cuidadosamente inscrito no gestual dos policiais, no modo como se expressam, na distribuição do recurso à palavra, na forma de ingressar socialmente nos lugares, no jeito mesmo de interagir com as pessoas etc. creio que mesmo uma pessoa desinteressada e distante do universo dos policiais militares é capaz de notar algumas características peculiares e até pitorescas do seu comportamento (MUNIZ, 1999, p. 89).

Para construir essa subjetividade institucionalizada que, na verdade, trata de uma “socialização secundária” (BERGER; LUCKMANN, 1985), no caso específico dos PMs, tem-se um período de formação em que diversos cursos são realizados, como aqueles para oficiais⁶ (existem polícias militares onde tais cursos são de três anos e outras que adotaram o ingresso de alunos com o Bacharelado em Direito em que esse período é menor) e para os praças (tanto de soldados, cabos ou sargentos). Além dos cursos de formação, as PMs desenvolvem cursos de aperfeiçoamento de curta duração como o que diz respeito ao ingresso no Batalhão de Operações Especiais (Bope), no Rio de Janeiro, etnografado por Storani (2008). Destacam-se ainda cursos curtos como o de polícia comunitária, Direitos Humanos, entre outros. No entanto, na maioria dos cursos, a pedagogia militarista nas PMs atrela-se a uma forma de profissionalizar seus alunos voltada para o sofrimento físico e psíquico, como mote orientador da construção de uma vontade bélica de proteger a sociedade, de acordo com a crença policial.

CORPOS QUE SOFREM, MENTES QUE OBEDECEM

Ao olhar especificamente a formação policial militar, corrobora-se o que diz Silva (2011) ao utilizar a metáfora do pato para explicar que animal melhor traduz a polícia militar. Como tal bicho, que nada, voa e corre mal, além de sujar com seus excrementos os locais por onde passa, a polícia militar carece de identidade por não realizar o ciclo completo de polícia (seu lado policial) e ser criticada pelo Exército por não ser capaz de executar os movimentos de ordem unida e não possuir o garbo militar próprio das Forças Armadas. Mesmo assim, a pedagogia policial militar persiste condicionada por uma formação técnica estritamente presa ao modelo militar de profissionalização, na qual se destacam as regras prescritas nos regulamentos que uniformizam procedimentos, além do enaltecimento da cultura simbólica dos ritos que reatualizam a força da tradição e do corporativismo (SÁ, 2002).

Nessa mistura de preceitos que visam alcançar o lado técnico do ser policial e o lado simbólico do ser militar, os cursos policiais militares, inclusive o Eotam, transformam-se em palcos rituais nos termos de Turner (1974), nos quais os alunos passam por processos de “liminaridade”, que consiste na supressão temporária da hierarquia entre os alunos para fazê-los incorporar valores que os ensinam que é preciso sofrer para merecer alcançar o status superior.

Nesse contexto, alguns estudos revelam (FRANÇA, 2012, 2013; NUMMER, 2014; SÁ, 2002; SILVA, 2002, 2011,) que os alunos policiais militares que geralmente vêm

do mundo civil passam pelos cursos PMs deixando para trás a vida antiga presa aos hábitos sociais até então apreendidos⁷. Nos termos de Van Genep (2011), compreende-se ser a fase de “separação” um rito de passagem como o é a iniciação em um curso de caráter militar. Durante o curso policial militar os alunos passam pela fase de “liminaridade” como já se pontuou, e, após interiorizarem inicialmente a lógica do “espírito militar”, vivem a fase de “agregação”, sendo aceitos no seio da formação PM como recém-egressos. Dessa forma, separação, margem ou limem e agregação (VAN GENEP, 2011) são fases que consolidam o processo de “desculturamento”, se se enxergarem as instituições PMs como instituições totais, assim como o fez Silva (2002). Essa noção de cortar os laços com os antigos hábitos sociais se caracteriza por meio da “mortificação do eu” (GOFFMAN, 2007), em que os ritos e as regras simbólicas funcionam como adaptadores para a nova cultura institucional.

É nesse contexto da forma como os rituais voltados para a formação policial militar funcionam que se percebe o fortalecimento de uma “pedagogia do sofrimento” (FRANÇA, 2014b), que faz do corpo um vetor de exercícios constantes para que se obtenha o mérito de ser um policial militar nas suas diversas condições e funções hierárquicas. Na obtenção de um “brevê de virilidade militar”, é necessário um aprendizado voltado para o sofrimento físico e para as dores morais (BERTAUD, 2013). Destaca-se com esse intuito a consolidação da masculinidade (BOURDIEU, 2002), do machismo e da virilidade para se obter um corpo forte e ma-

“Se não aguentar, corra!”: Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar

Fábio Gomes França e Janaina Leícia de Farias Gomes

lhado, pois isso traduz a capacidade que se adquire para combater a criminalidade nas ruas (OLIVEIRA, 2010).

Após a entrada nas instituições PMs, os policiais formados têm a possibilidade de participar de cursos de aperfeiçoamento profissional, que os direcionam para as conhecidas “tropas especiais”, como o Pelotão de Choque, de policiamento montado (cavalaria) ou de policiamento ambiental. Neste caso, os PMs interiorizam uma nova “socialização organizacional” (BRITO; PEREIRA, 1996). É por esse viés que Storani (2008) descreve a participação dos neófitos no Curso de Operações Especiais (Bope) na Polícia Militar do Rio de Janeiro:

Os neófitos do VIII Curso de Operações Especiais lutavam contra a força da arrebentação, agarrando-se um no outro para se manterem unidos. Parecia uma “penca de caranguejos”, segundo a definição de um dos próprios alunos. Era o terceiro dia do curso e dos 34 policiais que o iniciaram, 8 já haviam “pedido para sair”, desistindo de continuar no programa de treinamento. O “turno” de alunos estava mergulhado na água fria do mar por duas horas; tal condição intensificava o sofrimento, pois eles não dormiam desde a “Aula Inaugural”, ocorrida no início do treinamento. Toda vez que um aluno não conseguia se manter unido aos demais e se desgarrava do grupo, era empurrado pelas ondas do mar até a praia, provocando a reação do instrutor: “O Turno⁸ deixou mais um integrante se desgarrar. Aluno! Volte para sua equipe e informe ao xerife⁹ que será acrescido mais 15min na água, além do tempo previsto para o exercício!” (STORANI, 2008, p. 11).

Nesse esteio, tanto as polícias como o Exército coadunam com a ideia de que a força e a violência devem ser usadas como norteadores do papel viril dos homens (FALCONNET; LAFAUCHEUR, 1977) e, no caso das Polícias Militares, as mulheres acabam sendo obrigadas a introjetar o papel dominador da maioria masculina para conquistarem espaços no universo simbólico policial marcado pelo preconceito a categorias como as mulheres e os homossexuais (ANDRADE; FRANÇA, 2015; BOURDIEU, 2002; NUMMER, 2014; SILVA, 2011; SOUZA, 2012).

Na construção da complexa rede de relações entre os policiais militares, os quais convivem dentro de uma estrutura organizacional que não está apenas presa à hierarquia formal, há outras formas de acesso às instâncias de dominação. Os ritos ajudam a orientar a formação nos diversos cursos no sentido de se conquistarem os valores já citados (masculinidade, por exemplo) somados a outros como o orgulho, o brio, a coragem, o vigor, a disposição para a atuação nas ruas. Por meio das novas “socializações secundárias” (BERGER; LUCKMANN, 1985), os policiais já formados participam especialmente dos cursos de aperfeiçoamento porque carregam a distinção de serem considerados mais “operacionais”, ou seja, neles são ensinadas técnicas que habilitam os PMs a trabalhar nas tropas especializadas, ou tropas especiais, como mencionado anteriormente.

Para Storani (2008), neste caso, seria a “conversão” dos “já convertidos” e, na reali-

dade desses cursos, a pedagogia do sofrimento torna-se ainda mais intensa em instruções (atividades pedagógicas no seio policial militar) nas quais a violência física contra os alunos e a pressão psicológica aliada à capacidade de superação são os principais balizadores morais.

O instrutor chamou um dos alunos para se posicionar próximo a ele, determinando que o neófito lhe batesse no rosto, com um golpe de mão aberta. O aluno obedeceu, aplicando o golpe sem muita precisão e força. O instrutor o repreendeu e determinou que repetisse. O neófito, uma vez mais, vacilou no cumprimento da ordem no que, de imediato, o instrutor desferiu um certo e forte tapa no rosto do aluno, fazendo sua cabeça se voltar para trás. O aluno, ainda atônito, recebeu novamente a ordem para bater no rosto do instrutor, o que foi realizado da forma determinada [...] O Coordenador do curso, que chegava ao local, repreendeu o xerife pelo péssimo desempenho do turno naquele dia, e na demora em cumprir as ordens. Reclamando do atraso na instrução, o Coordenador determinou que toda a comida fosse misturada em uma só panela, para ganhar tempo na distribuição da refeição e no seu consumo. Com esta ordem o auxiliar de instrução, responsável pela “linha de servir”, colocou o arroz, a carne ensopada, a farofa e a goiabada, na panela do feijão, misturado tudo com suas próprias mãos. Após preparar a mistura, jogou-a no chão à frente dos alunos. A ordem do coordenador foi clara para o turno: “Comam tudo, pois é tudo de vocês e o turno tem cinco minutos pra isto” (STORANI, 2008, p. 99-102).

Essas tropas especializadas parecem funcionar de modo a construir um orgulho diferenciado por parte dos policiais, visto que as roupas (fardamento) possuem outras características, mais próximas de um modelo bélico que copia o Exército. No entanto, cores são adaptadas ao fardamento para fazê-lo parecer com o cenário urbano onde atua a Polícia Militar.

Para compreender melhor esse processo dos cursos de aperfeiçoamento das tropas especializadas, volta-se o olhar, então, para a realização do Estágio de Operações Táticas com Apoio de Motocicletas (Eotam), realizado em 2014, em uma Polícia Militar do país.

O ESTÁGIO DE OPERAÇÕES TÁTICAS COM APOIO DE MOTOCICLETAS

O curso estava programado para ocorrer entre os dias 11 e 25 de agosto de 2014. Contudo, a Direção do Centro de Formação PM onde foi realizado o curso tomou conhecimento de que as instruções enalteciam o sofrimento físico-moral dos alunos e por esse motivo o curso foi finalizado três dias antes da data prevista.

De acordo com o Edital do Curso, o mesmo objetivou “capacitar Oficiais e Praças, do Quadro de Combatentes da Ativa¹⁰, para o exercício da atividade de policiamento ostensivo com o emprego de motocicleta”. Foram ofertadas 40 vagas para a participação no curso, distribuídas entre sete Batalhões e uma Companhia de Polícia Militar, mas só foram preenchidas 34. Entre as vagas, o Edital que regulamentava as regras de ingresso não delimitava número de vagas para homens e mulheres. No entanto, os requisitos para o ingresso podem ser conhecidos no Quadro 1:

“Se não aguentar, corra!”: Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar
Fábio Gomes França e Janaina Leícia de Farias Gomes

Quadro 1 – Critérios de seleção para o Eotam

Ser voluntário;

Possuir Carteira Nacional de Habilitação com categoria “A”;

Se Oficial encontrar-se no ciclo de oficiais do quadro de combatentes (QOC);

Se Praça pertencer ao quadro de praças combatentes (QPC) e encontrar-se classificado, no mínimo, no comportamento “BOM”;

Não se encontrar na condição de aluno em qualquer outro Curso de Formação Policial Militar;

Não ter sido responsabilizado ou condenado pela prática de infração administrativa grave, pelos últimos cinco anos;

Não responder a processo administrativo (conselho de justificação, conselho de disciplina ou inquérito policial militar) ou processo criminal na justiça comum ou militar;

Não estar em gozo de qualquer licença, inclusive para o tratamento de saúde própria;

Não estar apto exclusivamente para o empenho da atividade meio na Corporação;

Não estar em cumprimento de pena por sentença transitada em julgado;

Se do sexo feminino, não estar grávida;

Ser avaliado e considerado apto em análise documental;

Ter sido considerado apto em inspeção de Saúde;

Ter sido considerado apto em Teste de Aptidão Física – TAF.

Fonte: Adaptado do Edital do Curso.

Quadro 1 – Percebe-se que foram utilizados critérios objetivos para selecionar os candidatos do Eotam, de modo que a instituição visou permitir a participação de bons profissionais de acordo com os referenciais adotados pela PM, por exemplo, ao colocar que nenhum candidato poderia estar respondendo processo criminal na justiça comum ou militar, ou ainda,

não ter sido responsabilizado ou condenado pela prática de infração administrativa grave pelos últimos cinco anos. Além disso, os candidatos passaram por uma avaliação de saúde e por um Teste de Aptidão Física, ambos de caráter eliminatório. Ao todo, de 34 alunos que iniciaram o curso, três desistiram voluntariamente ao longo das instruções.

Assim, o curso deveria ter 42 horas/aula distribuídas nas seguintes disciplinas: Doutrina de Motopatrulhamento (4 h/a), Técnicas Básicas de Pilotagem (8 h/a), Técnicas Avançadas de Pilotagem (8 h/a), Tiro Aplicado ao Motopatrulhamento (4 h/a), Escolta de Comboio e Batedores (4 h/a), Noções Básicas de Mecânica (2 h/a) e Técnicas de Abordagem Rotam (12 h/a).

Para compreender os acontecimentos vinculados ao Eotam, foi preciso ir em busca de alguns alunos que participaram do mesmo, de forma que se pudesse apreender seus relatos de maneira pretérita. Para tanto, entrevistaram-se¹¹ seis alunos participantes, entre eles uma Tenente, que foram escolhidos pela facilidade dos contatos com os autores deste artigo, visto que os demais alunos trabalham em Batalhões espalhados por todo o Estado ao qual pertence a Polícia Militar que realizou o curso. Desse modo, utilizou-se uma abordagem qualitativa de pesquisa ao se valorizar a apreensão subjetiva dos sujeitos pesquisados. Na pesquisa qualitativa, o que importa não é o tamanho da amostra selecionada, mas o significado do que é apreendido pelo pesquisador (REY, 2005).

Neste sentido, Alberti (2007) afirma que diante da fragmentação de documentos escritos sobre um acontecimento, a história oral municia metodologicamente o pesquisador, orientando o olhar para o indivíduo, de modo que tanto entrevistador como entrevistado trabalham conjuntamente e de maneira consciente para a consecução de um projeto que faz do passado uma situação de significação, ou seja,

O trabalho com a história oral consiste na gravação de entrevistas de caráter histórico

e documental com atores e/ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, movimentos, instituições e modos de vida da história contemporânea. Um de seus principais alicerces é a *narrativa*. Um acontecimento ou uma situação vivida pelo entrevistado não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado. Isso significa que ele se constitui (no sentido de tornar-se algo) no momento mesmo da entrevista. Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido (ALBERTI, 2007, p. 77).

Dessa forma, o resgate das narrativas dos policiais que participaram do Estágio de Operações Táticas com Apoio de Motocicletas foi possível pela perspectiva de que “a história oral tem o grande mérito de permitir o estudo da subjetividade e das representações do passado *tomados como dados objetivos*, capazes de incidir (de agir, portanto) sobre a realidade e sobre nosso entendimento do passado” (ALBERTI, 2007).

Assim, de acordo com os relatos dos policiais, uma das situações mais difíceis enfrentadas diz respeito à privação do sono durante o período de curso, já que, como descreveu um dos alunos: “A gente praticamente não dormia né!? E no outro dia tinha que tá ligado nas instruções. E isso aí eu que com todo o muído¹² que deveria ter um horário limite pra poder o pessoal descansar e no outro dia tá pronto. Isso realmente, a reclamação foi grande” (Entrevista em 01/12/2014). Outro aluno, quando indagado sobre o que não adotaria caso fosse instrutor do curso afirmou que:

“Se não aguentar, corra!”: Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar

Fábio Gomes França e Janaina Leícia de Farias Gomes

O que eu não adotaria seria a questão do estresse (muído) a que o aluno é submetido pela falta de sono. Tem momentos em que realmente se pensa em desistir, mas essa vontade de ter o brevê, de fazer parte daquela tropa, normalmente supera. O tempo de descanso era em média duas, três horas por dia, foi muito curto, a carga física e mental que é submetido é muito intensa (Entrevista em 01/12/2014).

Nesse sentido, os alunos relatam que o desgaste físico e mental muitas das vezes esteve vinculado à privação do sono. De acordo com as palavras dos entrevistados, percebeu-se exatamente a eficiência do processo pedagógico no sentido de que o próprio aluno, ao final, passa a reconhecer que sofrer é necessário, pois, em vez da resistência, “a vontade de ter o brevê” (BERTAUD, 2013) acaba se consolidando. Na mesma perspectiva, uma aluna narrou suas apreensões sobre o curso e sobre a presença da pedagogia do sofrimento nas instruções:

As informações que a gente tinha era que era pra ser 15 dias, mas acabou um pouco antes. O coronel da Divisão de Ensino foi lá na sala e conversou com a gente. Perguntou o que tava acontecendo, que o curso era pra ser instrutivo e tava indo em desacordo ao que estaria na ementa. Ele conversou com a gente, deixou a gente bem à vontade pra falar o que tava acontecendo e aí, depois de muita conversa, foi que um começou falando e foi dando coragem pra os outros falarem o que todo mundo tava inquieto com algumas situações que realmente tava acontecendo. Nessa conversa com o diretor, foram citados casos que aconteceram que acredito que não só eu ficou incomodada como muita gente. O que mais

me incomodou foi o fato de numa instrução lá no centro de convenções, onde tinha vários civis trabalhando, várias pessoas passando pra lá e pra cá, inclusive uns até admirados com a instrução da gente que pararam pra olhar e, na hora do almoço, pegaram as quentinhas da gente colocaram num isopor, jogaram água dentro e mandaram a gente comer com a mão. Durante a instrução levando banho de água gelada que eu num vejo pedagogia nisso, nenhuma coisa instrutiva nisso, você tá querendo aprender e levando banho de água gelada, inclusive eu levei e passei muito frio durante a madrugada. Além dessa de ver a coisa “básica” (o muído) levando banho de água gelada na madrugada teve também gás. Eles colocaram a gente dentro de uma sala, mandaram a gente tirar a camisa, colocar a camisa no olho, gasaram¹³ a sala e desmontaram a pistola pra gente montar a pistola e só saía da sala quem conseguisse montar a pistola (Entrevista em 30/11/2014).

O relato da aluna evidencia diversas situações que, por mais que sejam empregadas por parte dos instrutores do curso, os alunos demonstram não compreender a princípio o sentido de tal estratégia pedagógica, assim como relatam Albuquerque e Machado (2001) em sua pesquisa com alunos PMs na Bahia. Ao contrário, o que ocorre é a inconformidade com as situações sofridas, pois ser molhado com água gelada durante a madrugada, comer dentro de um isopor onde a comida foi misturada com água e todos pegaram o alimento com as mãos e, além disso, sofrer numa sala com gás para obter habilidade em desmontar uma arma, todas essas situações parecem ser condições que não se estruturam tecnicamente, por mais que essa

não seja a intenção dos instrutores, pelo menos na percepção dos alunos. Outro aluno também relata suas experiências:

Outro episódio que aconteceu, numa instrução lá no centro de convenções, no horário de almoço da gente, pegaram as quentinhas que era pra gente almoçar, jogaram dentro de um isopor sujo aí botou a gente pra comer com a mão, a mão suja do dia todinho pegando na moto, pagando flexão, com a mão suja cheia de pus tinha muita gente com a mão inflamada. A gente parecia um bando de animal. O civil¹⁴ olhando e rindo, outros achado ridículo, outros rindo e querendo filmar, mas eu acho que assim se fosse um curso de operações especiais que você sabe que vai pra sofrer aquilo ali mesmo, mas a gente foi e comprou o ingresso, o bilhete pro filme errado, todo mundo foi pensando que ia ser mais... e eu sabia que tinha rusticidade que tinha uma “*pagaçãozinha*”, mas esse tipo de humilhação e de “*seboseira*” que rolou, muita gente ali não esperava por isso (Entrevista em 03/12/2014).

O aluno também relata a situação na qual todos tiveram que “almoçar dentro de um isopor sujo”, inclusive na frente de outras pessoas não envolvidas no curso (os civis – trabalhadores do Centro de Convenções), assim como observado por Storani (2008) no Curso de Operações Especiais do Bope. Desse modo, o próprio aluno até reconhece e enxerga a importância da “rusticidade”, afirmando que já era esperado que fosse haver algum tipo de exigência física, mas não humilhações como a atividade que, para ele, trata-se de “seboseira”, ou seja, algo sujo para se comer e que colocou em risco a saúde de todos.

Além do exposto até aqui, também foram narradas pelos entrevistados situações nas quais a violência também voltou-se diretamente para os corpos dos alunos, numa demonstração de dominação e coerção por parte dos instrutores (GOFFMAN, 2007) que, segundo as narrativas, fez parte de momentos nos quais os instrutores aproveitavam da sua situação de superioridade e da ausência do coordenador do curso para “resolver desafetos”. Isso demonstra que as instruções acabaram se tornando um momento em que as ações se desencadearam de modo a distanciarem-se de critérios objetivos e didáticos para confundirem-se com apreciações subjetivas emanadas de alguns instrutores.

Teve um momento em que estávamos numa certa instrução lá em Jacarapé. Um instrutor, que não vou citar o nome, ele tava querendo tirar um aluno que não foi com a cara não sei qual foi o motivo e pegou um pedaço de pau dentro da mata. Pra mim é uma agressão, e veio bater em três alunos do curso e teve um que estava ao meu lado, todos (neste caso, todos os alunos) na posição de apoio e eu me travei todo achando que ia receber uma pancada. Pra mim, naquele momento, se ele me agredisse, na mesma hora eu ia me levantar e não sei se ia me agarrar com ele. Se eu ia me levantar e sair, mas ia ser a gota d’água pra mim, foi já na segunda semana de estágio. Aí ele pegou e bateu num aluno que quebrou o pedaço de pau, que o pedaço de pau voou longe na perna do dez, aí o dez¹⁴ chega, caiu no chão e deu um suspiro forte e caiu no chão do meu lado (Entrevista em 03/12/2014).

Para um outro aluno, as atitudes de humilhação caminharam numa direção contrária do

“Se não aguentar, corra!”: Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar
Fábio Gomes França e Janaina Leícia de Farias Gomes

que, possivelmente, poderia ser um curso de aperfeiçoamento policial militar. Nesse sentido, “sofrimento”, “cansaço” e “situações constrangedoras” são percebidas pelos alunos como condições tecnicamente não legítimas, pois,

Todo instrutor tem que tirar da cabeça essa ideia que o militar, o aluno, ele tem que ser submetido a situações constrangedoras, humilhantes, porque a gente na rua ninguém foi preparado pra guerra, porque aquele sofrimento ali termina e não serviu de nada na rua. Tem hora que o cansaço impedia que o militar assimilasse alguma coisa, uma pessoa cansada não assimilava nada, um ser humano cansado ele não pode aprender. Tem sempre uns que se excedem e que confunde instrução com muído, sofrimento. Submeter o aluno a situações desagradáveis. Acho que instrução, condicionamento físico é muito diferente disso. Acho que a equipe de coordenação tem que pensar no aluno como num militar, como sendo um aluno que quer aprender (Entrevista em 01/12/2014).

Por fim, ainda houve situações que demonstraram, a partir das narrativas, que não só o sofrimento físico era uma constante, mas as condições psicológicas dos alunos eram testadas por meio da depreciação de suas características particulares, por meio da observação pejorativa por parte dos instrutores de sinais físicos:

teve algumas coisas nesse curso que eu vi que passaram do limite, até da dignidade da pessoa. Aconteceu uma situação com um aluno que eu me senti ofendido por ele, que ele virou motivo de chacota porque tinha uma deficiência visual. Ele tem mais de 12 anos de carreira na polícia e disse que foi pra esse

estágio, não pra ser motivo de chacota ou de palhaçada, ele foi pra adquirir conhecimento e habilidade em cima da moto (Entrevista em 03/12/2014).

Por fim, a análise das narrativas pretéritas do Estágio de Operações Táticas com Apoio de Motocicletas (Eotam) revela como as instituições PMs no país são resistentes quanto às tentativas de mudança que estão sendo feitas desde a criação de órgãos como a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), em 1998, e a aprovação de planos governamentais como os Planos Nacionais de Direitos Humanos (PNDH), o Plano Nacional para a Educação em Direitos Humanos e a Matriz Curricular Nacional, os quais, em conjunto, têm destacado como metas o aperfeiçoamento e a capacitação dos profissionais de segurança pública.

De modo contrário, a força da cultura militarista e a distorção no uso dos seus elementos pelas PMs no país, adicionando um sentido bélico à atuação profissional dos policiais nas ruas, criam resistências a qualquer plano de mudanças. E devido ao fato de todas as PMs possuírem características culturais similares, a análise do Eotam revela que muito há ainda a percorrer na construção de uma democracia real, especialmente no que diz respeito ao protagonismo da ação policial na sociedade. Neste caso, os PMs também devem estar inseridos na sociedade, sendo respeitados em sua integridade desde a formação profissional para que interiorizem valores como dignidade e respeito pelo próximo, em vez de aprenderem com o sofrimento a hierarquizar papéis sociais que acabem por produzir a violência policial, que por sua vez carrega consigo o errôneo sentimento do dever cumprido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou inicialmente mostrar de uma perspectiva histórica como surgiu no ocidente a figura do militar, o qual diferencia-se em termos éticos do guerreiro antigo. Enquanto este último agia impelido por uma ética interna baseada na honra voluntária, o soldado moderno, ou seja, o militar, constrói a sua honra por meio de elementos como a disciplina, a hierarquia, a ordem, a submissão e o acatamento irrestrito ao superior hierárquico.

A partir dessas considerações e dos relatos dos alunos do curso que ora se analisou, pôde-se vislumbrar uma perspectiva idealista baseada no fortalecimento do ego em busca de um “brevê”, no desejo de conclusão do Estágio de Operações Táticas com Apoio de Motocicletas (Eotam), caracterizado por uma pedagogia do sofrimento que ratifica uma condição de força a ser reproduzida na atividade exercida nas ruas, o que conforma e reafirma o *éthos* guerreiro.

Nesse contexto, a visão naturalizada de alguns instrutores acerca da pedagogia do sofrimento orienta as ações pedagógicas do curso. Visa-se enaltecer a crença na dualidade entre aqueles que mandam e os que obedecem sem questionamentos, além do desejo de conclusão do curso pelos alunos e do fortalecimento da cultura institucional, tudo isso traduzido num panorama de determinação para o aluno PM suportar privações físicas e morais.

Portanto, a crença nos ideais e pilares institucionalizados e que servem de base para as polícias militares são sistematizados e subjetivados como uma forma belicista e intrínseca de que o sofrimento físico e psicológico faz parte de um curso de uma tropa especializada que objetiva a proteção da sociedade. Nesse escopo, a pedagogia militarista reforça no processo pedagógico o sofrimento como forma de conquista no universo viril dos homens.

“Se não aguentar, corra!”: Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar

Fábio Gomes França e Janaina Leícia de Farias Gomes

1. *Expressão comum entre os policiais militares para denotar a desistência de um aluno durante um curso policial por não suportar as condições em que este é realizado.*
2. *Deste ponto em diante, poderá ser observado ao longo do texto o uso da sigla PM para caracterizar tanto a instituição como o próprio profissional policial militar, de modo que a compreensão do uso adequado do termo dependerá do contexto no qual o mesmo está sendo empregado.*
3. *A omissão do local de realização do curso deveu-se ao fato de que, após os pareceres favoráveis à publicação na Revista Brasileira de Segurança Pública, os autores receberam orientações do Comando da Escola de Formação PM onde o curso se realizou para que assim se procedesse em favor de se resguardar a imagem da instituição. Brito e Pereira (1996) também se utilizaram do mesmo recurso ao realizarem trabalho semelhante sobre a socialização organizacional de soldados PMs especialmente no que diz respeito aos ritos institucionais.*
4. *A partir deste ponto do texto, as próximas referências ao Estágio de Operações Táticas com Apoio de Motocicletas serão feitas com o uso da sigla EOTAM.*
5. *Entenda-se "paisano" neste sentido como um termo nativo de cunho pejorativo.*
6. *Para conhecimento, a estrutura hierárquica da organização policial militar divide-se em dois quadros: o de oficiais (coronel, tenente-coronel, major, capitão, primeiro-tenente e segundo-tenente) e o de praças (subtenente, primeiro-sargento, segundo-sargento, terceiro-sargento, cabo e soldado). As patentes relacionadas entre parênteses dispõem-se respectivamente, de forma descendente, do coronel – o mais alto posto policial militar – ao soldado, este último a mais baixa posição.*
7. *Destaca-se que existem duas formas de ingressar na carreira policial militar: por meio de concurso para soldado e por meio de concurso para o Curso de Formação de Oficiais. Neste segundo caso, existe a condição de que pessoas que já são policiais militares e queiram ascender na carreira intra corporis, obedecendo aos critérios estabelecidos pelos editais dos concursos, façam a prova de seleção concorrendo com candidatos civis.*
8. *Turno é o mesmo que a turma de alunos.*
9. *Xerife é o aluno responsável pela turma de alunos em cursos militares. Ele tem a obrigação de apresentar a turma pelos preceitos e ritos militares aos instrutores dos cursos ou a superiores hierárquicos quando avistados ou quando estes últimos se reportam à turma de alunos. Aos instrutores, os xerifes repassam durante as aulas em qualquer curso militar as "alterações", que são informações como a ausência de alunos da turma (quando doentes, se foram ao banheiro, se tiveram que resolver pendências pessoais) ou quando têm que deslocar os alunos para as instruções (aulas) fora das salas de aula.*
10. *Combatente da Ativa é o mesmo que dizer que um PM está no exercício da profissão, ao contrário do inativo, que seria o equivalente a estar aposentado da carreira PM.*
11. *As entrevistas foram gravadas.*
12. *Muído é um termo nativo utilizado nas instituições militares, especialmente durante os cursos de formação, para caracterizar as atividades que dizem respeito ao trote utilizado na semana de adaptação dos alunos, mas também esta prática é utilizada ao longo de um curso militar. Para um melhor entendimento, ver França (2013).*
13. *Gasar significa deixar um ambiente fechado repleto de gás do tipo lacrimogênio ou de pimenta.*
14. *Os alunos de cursos dessa natureza são identificados por números.*

Referências bibliográficas

- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- ALBUQUERQUE, Carlos Linhares de; MACHADO, Eduardo Paes. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 214-237, jan./jun. 2001.
- ANDRADE, Nayhara Helena Pereira de; FRANÇA, Fábio Gomes de. Polícia Militar, homossexualidade e preconceito: Um estudo sobre a efetividade jurídica e a profissão policial. In: FRANÇA, Fábio Gomes de; SANTOS, Carlos Eduardo Batista dos (orgs.). **Estudos em segurança pública: Direitos humanos, polícia e violência**. João Pessoa: Ideia, 2015. p. 241-264.
- BERGER, Peter I.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BERTAUD, Jean-Paul. O exército e o brevê de virilidade. In: CORBIN, Alain et al. (Orgs.). **História da virilidade: o triunfo da virilidade: o século XIX**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRITO, Mozar José de; PEREIRA, Valéria da Glória. Socialização organizacional: a iniciação na cultura militar. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 4, p. 138-165, jul./ago. 1996.
- CANETTI, Elias. **Massa e poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- FALCONNET, Georges; LEFAUCHEUR, Nadine. **A fabricação dos machos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história das violências nas prisões**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- FRANÇA, Fábio Gomes de. **Disciplinamento e humanização: a formação policial militar e os novos paradigmas educacionais de controle e vigilância**. 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- _____. Desvio, moralidade e militarismo: um olhar sobre a formação policial militar na Paraíba. **Revista Brasileira de Sociologia das Emoções**, João Pessoa, v. 12, n. 36, p. 803-818, dez. 2013. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>>.
- _____. **Sob a aparência da ordem: sociabilidade e relações de poder na implantação da polícia solidária em João Pessoa-PB**. 2014a. 226f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014a.
- _____. A pedagogia do sofrimento e a construção do ethos guerreiro: uma discussão sobre segurança pública e direitos humanos. In: **Encontro da ANDHEP**, VIII, 2014b, São Paulo. Disponível em: <<http://andhep.org.br/anais/arquivos/VIIIencontro/GT15.pdf>>. Acesso em: 29 nov 2014.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- GROS, Frédéric. **Estados de violência: ensaio sobre o fim da guerra**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2009.
- MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **“Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser”**: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro, 1999.
- NUMMER, Fernanda Valli. **Ser polícia, ser militar: o curso de formação na socialização do policial militar**. Niterói: EdUFF, 2014.

“Se não aguentar, corra!”: Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar

Fábio Gomes França e Janaina Leícia de Farias Gomes

OLIVEIRA, Jonas Henrique de. O corpo como significado ou o significado do corpo: poder, violência e masculinidade na polícia militar. **Vivência**, n. 35, 2010, p. 101-117.

REY, Fernando González. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. Tradução de Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Thompson, 2005.

ROSA, Alexandre Reis; BRITO, Mozar José de. “Corpo” e “alma” nas organizações: um estudo sobre dominação e construção social dos corpos na organização militar. **RAC**, Curitiba, n. 2, art. 1, p. 194-211, mar./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/rac>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

SÁ, Leonardo Damasceno de. **Os filhos do Estado**: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

SILVA, Agnaldo José da. **Praça Velho**: um estudo sobre o processo de socialização policial militar. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

SILVA, Robson Rodrigues da. **Entre a caserna e a rua**: o dilema do “pato”: uma análise antropológica

da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI. Niterói, RJ: EdUFF, 2011.

SOUZA, Marcos Santana de. **A violência da ordem**: polícia e representações sociais. São Paulo: Annablume, 2012.

STORANI, Paulo. **Vitória sobre a morte: a glória prometida**: o “rito de passagem” na construção da identidade dos *operações especiais* do BOPE. 2008. 169f. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

TURNER, Victor. **O processo ritual**: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

VAN GENNEP, Arnold. **Ritos de passagem**: Estudos sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, ordenação, noivado, casamento, funerais, estações, etc. Petrópolis: Vozes, 2011.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. Tradução de Augustin Wernet. 3 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001. parte 2.

_____. **Ensaio de sociologia**. Gerth, H.; Wright Mills, C. (Orgs.). 5 ed. Rio de Janeiro, LTC, 2010.

“Se não aguentar, corra!”: um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar

Fábio Gomes França e Janaína Letícia de Farias Gomes

Resumen

“Se não aguentar, corra!” (¡Si no aguantas, corre!): un estudio sobre la pedagogía del sufrimiento en un curso policial militar

Pretendemos en este artículo analizar los matices que orientaron la Práctica de Operaciones Tácticas con Apoyo de Motocicletas (EOTAM), realizada por una Policía Militar en nuestro país en el año de 2014. Para ello, realizamos entrevistas abiertas con algunos participantes del referido curso de perfeccionamiento policial militar. Dado el objetivo, nos importó utilizar metodológicamente los relatos pretéritos, por medio de la historia oral, lo que nos hizo aprehender relatos de las experiencias contadas tanto por oficiales como por miembros de la tropa sobre las situaciones de humillación y sufrimiento físico vivenciadas, las cuales aún reproducen la creencia policial militar de que el sufrimiento forma parte de la conquista de un diploma militar. Por lo tanto, concluimos al ratificar la urgencia de esa discusión en el campo de la Seguridad Pública, visto que la lógica de ese tipo de pedagogía conlleva de forma implícita un ideal belicista que aún contribuye a la existencia de la violencia policial militar debido al hecho de que los policías enaltezcan valores como la masculinidad, la fuerza y el machismo.

Palabras clave: Policía militar. Seguridad pública. Pedagogía del sufrimiento.

Abstract

“Se não aguentar, corra!” (If you can’t take it, quit): a study of the pedagogy of suffering in a military police course

In this article we intend to analyze the nuances that underpin the Internship in Tactical Operations supported by Motorcycles (Estágio de Operações Tácticas com Apoio de Motocicletas—EOTAM) held by a Brazilian Military Police in 2014. In order to do this we have carried out open-ended interviews with some of those who took this course. In adopting this focus, our concern has been to use these accounts within an oral history approach, leading us to include accounts of experiences of humiliation and physical suffering undergone by ranking and non-ranking officers, which help reinforce the belief commonly held within the force that suffering is a part of the process of earning the right to become a police officer. We therefore conclude by ratifying how urgent it is to discuss this in the field of Public Safety, because the logic of this kind of pedagogy bears implicitly within it a belligerent ideal justifying military police violence—since officers themselves exalt the values of virility, force and male chauvinism.

Keywords: Military police. Public safety. Pedagogy of suffering.

Data de recebimento: 18/01/2015

Data de aprovação: 03/09/2015